

A FUNCIONALIDADE DOS PRONOMES RELATIVOS: “O QUE” EM QUESTÃO

Noelma Cristina Ferreira dos Santos (UEPB-UFPB/PROLING)
Camilo Rosa Silva (UFPB/PROLING)

RESUMO: Os estudos sobre gramaticalização vêm ganhando um importante espaço e se destacando na perspectiva da Linguística Centrada no Uso. No presente trabalho, voltamos a atenção para a gramaticalização dos pronomes relativos, especificamente o pronome “o que”. Nossos objetivos são: analisar as funções sintáticas e semântico-discursivas desse item em textos escritos de registro monitorado; investigar o nível de gramaticalização em que essa forma se encontra; e, ainda, analisar o contexto sintático em que ela está inserida. Para alcançarmos esses objetivos, adotamos como *corpus* redações produzidas em um processo seletivo de uma escola técnica brasileira, para o ensino médio integrado ao profissionalizante. A análise aponta, dentre outros resultados, para a identificação de diferentes tipos de integração oracional com esse mesmo item, e revela ainda que, além de anafórico, esse pronome relativo também mostra-se catafórico nas orações por ele introduzidas.

PALAVRAS-CHAVE: Gramaticalização; Pronomes Relativos; O Que.

ABSTRACT: The study about grammaticalization has been more studied and stand out on perspective for Linguistic Centered on the Use. In this paper, we pay attention to relative pronouns grammaticalization, specifically the pronoun “what”. Because of this, our goals are: analyze syntactic functions and discussed-semantic of this item in written texts of monitored registers; investigate the grammatication level where this way lies, analyze the syntactic context where it is classified. To reach these goals, we adopt how “corpus” essays produced on a selective process at a brazilian technical school for medium integrated professionalizing system. The analyses show, among of results, to identification of different kinds of clause integration with this same item; and reveals that, besides of anaphoric, this relative pronoun also shows cataphoric in clauses by him translated.

KEY-WORDS: Grammaticalization; Pronoun Relative; “What”

1. Introdução

O presente trabalho objetiva investigar as funções sintáticas e semântico-discursivas do pronome relativo “o que”, em textos argumentativos. De forma específica, pretendemos analisar o processo de gramaticalização pelo qual esse item está passando e caracterizar o contexto sintático em que ele está inserido. Os textos que constituem o

nosso *corpus* são redações produzidas em um processo seletivo em uma escola técnica brasileira cujos candidatos concorrem a uma vaga no ensino médio integrado ao profissionalizante, ou seja, sua formação escolar consiste em, no mínimo, ensino fundamental completo. Para esta pesquisa, foram analisados 45 textos, nos quais foram encontradas 24 ocorrências do item “o que”, considerado pronome relativo, introduzindo orações adjetivas. Dessas 24 ocorrências, percebemos, pelo menos, dois tipos de relação entre as orações, uma relação de hipotaxe e uma relação de encaixamento. É com base nessas relações diferenciadas que organizamos o trabalho, buscando uma melhor compreensão acerca do comportamento do item “o que”. Os exemplos aqui transcritos foram reproduzidos cuidadosamente a fim de manter a grafia original, mesmo com problemas formais. Os textos foram numerados aleatoriamente, apenas a título de organização dos dados, ao final de cada excerto a ser analisado, colocamos a numeração correspondente antecedida da sigla TI, que significa Técnico Integrado.

Na próxima seção, apresentamos as perspectivas teóricas a respeito da articulação entre as orações, focalizando a visão funcionalista que fundamenta a nossa discussão. Posteriormente, delimitamos nossa abordagem para uma discussão teórica a respeito das orações adjetivas, já que elas são o contexto sintático em que se inserem os pronomes relativos. Na última seção, analisamos as ocorrências das orações encontradas no *corpus*, com um olhar direcionado para a relação entre as orações e o papel do relativo.

2. A articulação entre as orações: a sentença complexa

Os pronomes relativos ligam orações. Portanto, o contexto imediato desses itens é o período composto (denominação tradicional) ou a sentença complexa, oração complexa (denominação funcionalista). Dessa forma, sentimos a necessidade de abordar, do ponto de vista teórico, como se dá a relação das orações dentro da sentença complexa, delimitando os aspectos teóricos para chegarmos a uma abordagem mais detalhada a respeito do nosso objeto de estudo.

Tradicionalmente, a relação entre as orações em um período composto classifica-se como subordinação e coordenação. Na perspectiva funcionalista, coordenação/subordinação não são processos dicotômicos. Alguns autores (a exemplo de HOPPER; TRAUGOTT, 1993 e GIVÓN, 1984) propõem analisar essas articulações a partir de contínuos. Hopper e Traugott (1993, p.170) sugerem um *continuum* que vai da parataxe (não dependência e não encaixamento), passando pela hipotaxe (dependência, mas não encaixamento) até a subordinação (dependência e encaixamento). Os autores representam essa relação entre as orações da seguinte forma:

| | | | | |
|----------------|---|---------------|---|---------------|
| Parataxe | > | hipotaxe | > | subordinação |
| - dependência | | +dependência | | +dependência |
| - encaixamento | | -encaixamento | | +encaixamento |

Nessa concepção, parataxe e hipotaxe estão para o parâmetro “dependência”, enquanto coordenação e subordinação estão para o parâmetro “integração”, assim, as orações adjetivas restritivas poderiam continuar sendo classificadas como subordinadas, já que há uma relação de dependência e encaixamento com a oração nuclear. Situando as orações classificadas de acordo com a perspectiva tradicional no *cline* proposto por Hopper e Traugott (1993, p.171), teríamos a seguinte representação:

| | | | | |
|---------------------|---|--------------------------------|---|--|
| Parataxe | > | Hipotaxe | > | Subordinação |
| Orações coordenadas | | Orações adverbiais | | Orações substantivas |
| | | Orações adjetivas explicativas | | Orações adjetivas restritivas |
| | | | | Orações adjetivas sem antecedente expresso |

Seguindo esse raciocínio, encaixamento “[...] não é nem parataxe, nem hipotaxe, porque não é mecanismo de ‘relação’ entre as orações, mas é mecanismo de ‘constituência’ de uma oração que entra no eixo tático que vai formar a frase complexa” (NEVES, 2007, p. 228), funcionando como constituinte da estrutura de um sintagma. As orações representativas do encaixamento são as completivas e as adjetivas restritivas, que se encaixam nas suas orações principais.

Mathiessen e Thompson (1988 apud NEVES, 2007) destacam que a análise das orações complexas não deve se limitar ao nível interno das frases, mas deve considerar as funções discursivas.

Givón (1984) também nega uma dicotomia entre coordenação e subordinação e defende que toda e qualquer oração é, de certa forma, dependente do seu contexto imediato. Assim, o autor defende que há uma explicação icônica para justificar a forma como as orações se relacionam e comunga da opinião de que a integração entre elas deve ser estudada a partir de um *continuum*.

Na próxima seção, voltamos a nossa atenção para as orações adjetivas, pois elas constituem o contexto imediato dos pronomes relativos. Analisadas sob a perspectiva funcionalista, elas se situam entre a hipotaxe (orações explicativas) e a subordinação (orações restritivas e sem antecedente expresso).

3. Da hipotaxe ao encaixamento

De acordo com a perspectiva tradicional, as orações adjetivas enquadram-se na classificação de subordinadas, podem ser explicativas ou restritivas, assumem função sintática e semântica equivalentes ao adjetivo e são introduzidas por pronomes relativos, que recuperam, sintática e semanticamente, seu antecedente. Essa explicação parece servir como regra geral da classificação das adjetivas, mas a própria gramática tradicional reconhece que há orações relativas sem antecedente expresso. Como o nosso foco, no presente trabalho, é o item *o que*, inevitavelmente, analisaremos esse tipo de oração que a tradição chama de relativas sem antecedentes.

De qualquer forma, em coerência com os princípios funcionalistas, já contextualizados na seção anterior, e considerando o critério da articulação entre orações, as adjetivas serão tratadas, a partir desse momento, como orações hipotáticas e encaixadas. É nosso interesse, ainda, nessa pesquisa, analisar como se estabelece a relação entre a oração adjetiva e a oração a qual ela se liga. Tradicionalmente, chama-se oração principal, já que as adjetivas são consideradas subordinadas, mas, neste trabalho, adotamos a mesma classificação de Antônio (2004) e nomeamos de “Oração-núcleo”, quando houver relação de hipotaxe, e “Oração-matriz”, quando houver encaixamento.

3.1 A materialização da hipotaxe adjetiva: as relativas apositivas

Os estudos de Decat (2011; 2014) têm apontado para a ocorrência de um tipo de oração que ela chama de desgarrada, as quais são adjetivas, mas, ao contrário do que defende a tradição, apresentam-se “soltas, livres, sintaticamente isoladas, como se fosse enunciados independentes.” (DECAT, 2014, p. 158).

Esse tipo de estrutura recebe a classificação de *relativa apositiva*, porque assume aspecto semântico e formal de aposto, é separada por vírgula (ou outra forma de pausa), traz informação adicional e se aproxima de “adendo”. E a classificação de *desgarrada* é atribuída às estruturas em que a oração relativa ocorre após um *ponto*, já que é uma pausa maior do que a *vírgula* e marca a falta de encaixamento entre as orações. Contudo, vale salientar que toda a análise sintática, semântica e pragmática que Decat (2011; 2014) realiza nas estruturas que ela chama de desgarradas cabe nas orações relativas apositivas também separadas por vírgula ou travessão. As funções a elas atribuídas podem ser as mesmas. Entendemos que a pontuação é um aspecto meramente formal e não as impede de assumirem as funções textual-discursivas e sintáticas previstas para as totalmente desgarradas (separadas por ponto).

A autora fundamenta-se na noção de “unidade de informação” (UI), proposta por Chafe (1980 apud DECAT, 2014):

Segundo este autor [Chafe, 1980], trata-se de um “jato de linguagem” que contém toda a informação que pode ser controlada, ou monitorada, pelo falante num único foco de *consciousness*, ou, nos termos de Kato (1985, p.35), “estado de consciência”.[...] As unidades de informação – também chamadas de “blocos de informação” – possuem, segundo Chafe (1980), cerca de sete palavras e podem ser identificadas: a) pelo contorno entonacional (entonação) de final de oração; b) pela pausa (ou hesitação), mesmo breve, que separa uma unidade de outra; c) pela caracterização como uma única oração. (DECAT, 2014, p.158-159).

Assim como Decat (2011; 2014) e França (2016), apoiamos-nos também nesse conceito de UI e buscamos compreender como se dá a relação entre as orações relativas e as suas “principais”, assim chamadas tradicionalmente. A UI se constitui um enunciado completo e tem comportamento independente do ponto de vista sintático, daí a contribuição para entendermos as noções de encaixamento e desgarramento entre as orações.

No que se refere às construções apositivas, apoiando-se no conceito de UI, França (2016) as considera como desgarradas, ocorram elas com vírgula, travessão ou ponto. Para tanto, propõe que se analisem as construções apositivas a partir de um contínuo, que revela o grau de independência sintática entre as estruturas. Eis a proposta da autora (FRANÇA, 2016, p.111):

| | | | | |
|----------------|---|-----------|---|-----------------|
| Vírgula | > | travessão | > | ponto |
| -desgarramento | | | | + desgarramento |

França (2016) assume, dessa forma, que toda estrutura apositiva é uma unidade de informação à parte e que os sinais de pontuação são apenas manifestações diferentes dessa aposição desgarrada. Dessa forma, dois critérios importantes devem ser levados em consideração para se classificar uma estrutura como sendo apositiva e desgarrada: a pontuação e uma “[...] possível intenção do usuário em relação a indicar um corte mais visível no fluxo textual, atribuindo, assim, um maior realce para informações específicas” (FRANÇA, 2016, p.111), ou seja, ela entende o desgarramento como um recurso que visa a chamar a atenção do leitor para os argumentos a serem expostos no texto.

Concordamos com França (2014), quanto à afirmação de que as estruturas apositivas são unidades de informação à parte, por isso analisaremos as relativas apositivas com esse olhar. Contudo, na presente pesquisa, evitaremos o uso da classificação *desgarrada*, já que, no *corpus*, não foram encontradas relativas apositivas após o ponto, apenas com vírgula, portanto elas se situam no menor grau de desgarramento, conforme o *cline*, proposto pela autora.

Decat (2014) esclarece que as relativas apositivas desgarradas são estratégias sintáticas usadas diante da necessidade de focalização e argumentação, de acordo com os objetivos comunicativos do autor do texto. Essa perspectiva permite uma nova interpretação à concepção tradicional de que as relativas apositivas são informações secundárias, de caráter parentético ou de adendo (DECAT, 2014), podendo, até mesmo, ser retiradas sem comprometer o sentido da oração. No *corpus*, em todas essas sentenças nas quais encontramos as relativas apositivas, podemos reconhecer seu valor argumentativo. Vejamos alguns exemplos:

- (1) “Algumas pessoas usam a internet para fazer o mal, como criar vírus e até mesmo praticar cyberbullying, **o que** não chega a rebaixar a internet como uma coisa ruim”. (TI10).

Em (1), é possível interpretar a sentença como sendo uma retomada e uma avaliação da sentença anterior, inclusive, com certo valor semântico de concessão, ou seja, o autor do texto informa que, mesmo com esses usos negativos, a internet não é rebaixada a uma coisa ruim. O pronome “o que” retoma tudo o que foi dito anteriormente.

Em (2), abaixo, com valor semântico de causa/consequência, a relativa apositiva se apresenta também como um argumento forte no texto.

- (2) “E esta, faz com que eles usem aparelhos celulares em sala de aula, ou, desperta a ansiedade de acabar logo a aula, apenas para chegar em casa e se direcionar rapidamente ao computador e

passar duas horas lá, com o pretexto de estar se distraíndo, **o que** pode causar dificuldades na visão dores na coluna, ou até sedentarismo.” (TI18).

Nesse caso, além de “o que” retomar a informação anterior, essa retomada se amplia. Interpretamos que a causa da dificuldade na visão, das dores na coluna e do sedentarismo, a que se refere o autor, não ocorre porque o sujeito passa duas horas no computador, menos ainda pela ansiedade de fazer isso, mas sim pela frequência com que se repete essa ação.

O próximo exemplo, (3), apresenta quatro ocorrências de “o que” em um mesmo texto.

- (3) “Mas o seu uso sem controle [...] pode trazer doenças para o seu corpo, como a tendinite e a curvatura da coluna, **o que** as prejudica a vida toda, além das doenças o mal uso da internet faz com que os xingamentos sejam maiores, a discriminação racial, entre outras discriminações, conhecidas como cyberbullying, **o que** se torna frequente na internet hoje.

Com a propagação desse meio no mundo, aumentou-se os números de redes de aliciamento de menores no Brasil e no mundo, a criação das redes sociais também fazem sua má parte, que seja ela na criação de perfis falsos, **o que** faz com que o usuário aliciador se disfarça melhor nesse mundo virtual. A parte do uso melhor das redes sociais por adolescentes é o seu contato com familiares e amigos pelo mundo, **o que** diminui o tempo de contato entre os dois e talvez com outros amigos”. (TI14).

Podemos interpretar que as orações por eles introduzidas assumem as funções de retomada e avaliação simultaneamente. Todos cooperando para a construção da argumentação textual. Nesse sentido, confirma-se o ponto de vista de Decat (2014) quanto ao uso das relativas apositivas como uma estratégia argumentativa. Isso se sobressai, ainda mais, quando observamos que as sentenças são construídas logo após uma afirmação ou constatação do sujeito em relação ao tema, seja pelo conhecimento de mundo, seja pela consulta aos textos da prova. Assim, as apositivas são usadas como um artifício para comprovar ou conseguir persuadir o leitor a respeito do que está sendo argumentado.

A análise dessas sentenças nos leva a perceber que a função textual-discursiva de retomada, conforme apresentada por Decat (2014), na verdade, é inerente às relativas apositivas introduzidas por “o que” e, independentemente do conteúdo que essa oração tenha, esse pronome tem a responsabilidade de retomar, de forma resumida, tudo o que foi dito anteriormente. Daí a classificação de “pronome resumidor”, nas palavras de Decat (2011).

3.2 A materialização do encaixamento das orações introduzidas por “o que”: substantivas ou adjetivas?

A discussão a respeito das relativas introduzidas pelo item *o que* está longe de ser consensual. Essas orações fazem parte do grupo que se apresenta como “exceção” à regra geral de que as adjetivas são introduzidas por um pronome relativo que faz referência a um nome, pois também encontramos na língua em uso as relativas que ocorrem sem o

antecedente. Neves (2000) as trata como *relativas sem antecedentes*; Castilho (2010) as nomeia de *adjetivas livres*. Eis um exemplo desse tipo de oração, retirado do *corpus*:

(4) “Hoje em dia é só a gente abri a página do google e colocar **o que** deseja pesquisar [...]” (TI19).

Como podemos ver, a oração “o que deseja pesquisar” não está encaixada em um nome, o que leva a uma análise do item *o que* como um relativo sem antecedente, ou, pelo menos, sem antecedente expresso. Castilho (2010, p.366) afirma que “as adjetivas ou relativas são sentenças encaixadas num sintagma nominal, em que atuam como Complementadoras” e elas “podem encaixar-se em qualquer expressão-núcleo desse sintagma, aí incluída a categoria vazia [...]”, situação na qual se enquadra esse exemplo.

Independentemente da nomenclatura que utilizam, os autores acima citados defendem em comum que esse pronome tem um formato especial, por ser composto de duas palavras (pronome demonstrativo + pronome relativo), além disso já traz em si o valor semântico do núcleo nominal ao qual se refere. No caso específico de *o que*, seria o valor embutido de “coisa”, o demonstrativo corresponderia a “aquilo/aquele”. Assim, parafraseando o exemplo anterior, teríamos:

(4a) “Hoje em dia é só a gente abri a página do google e colocar **aquilo que** deseja pesquisar[...].”

Bechara (1999, p.468-469) aborda a questão a respeito da “substantivação de orações originariamente adjetivas”. Ele menciona a resistência de alguns autores de reconhecerem que, diante do apagamento do antecedente dos relativos *que* e *quem*, a oração adjetiva passa a ser substantiva. Vejamos os exemplos apresentados pelo autor e suas respectivas análises:

Quadro 1: Orações adjetivas transpostas a substantivas

| | |
|--|---|
| O homem que cala e ouve não dissipa <i>o que sabe</i> , e aprende <i>o que ignora</i> [MM]. | <i>o que sabe</i> – objeto direto de dissipa <i>o que ignora</i> – objeto direto de aprende |
| Os que mais blasonam de honra e probidade, são como os poltrões que se inculcam de valentes [MM] | <i>os que mais blasonam de honra e probidade</i> – sujeito de <i>são</i> |
| Os elogios de mais crédito são os que os nossos próprios inimigos nos tributam [MM]. | <i>os que os nossos próprios inimigos nos tributam</i> – predicativo de <i>são</i> |

Fonte: Elaboração própria, inspirado em Bechara (1999)

Como podemos observar no quadro acima, Bechara (1999) tenta comprovar que, ao transpor a relativa, classificada como “sem antecedente expresso”, para substantiva essa oração passa a exercer as funções próprias das substantivas originais. É importante destacar que, embora o autor admita a possibilidade de se realizarem as duas análises, considerando-as como substantiva ou adjetiva, ele deixa clara sua preferência pela substantivação das adjetivas e argumenta que essa opção encara uma realidade da língua, pois analisa a oração na forma como ela é usada e não promove uma substituição para uma forma equivalente a ela.

Para nós, esse é um forte argumento, uma vez que toda nossa análise se realiza sobre a língua em uso. Contudo, é importante considerar outros argumentos que vão nos levar a uma conclusão mais consistente em relação ao nosso objeto de estudo.

Para fundamentar a análise dessas orações, recorreremos às noções de unidade informacional (UI), já adotada nas relativas apositivas, e às noções de dependência e de encaixamento, necessárias para uma compreensão do comportamento desse tipo de oração.

Conforme explicitado, anteriormente nesse texto, buscamos situar as orações adjetivas no *cline* proposto por Hopper e Traugott (1993), quanto às formas de articulação entre as orações. Assim, situamos as orações adjetivas entre a hipotaxe e a subordinação, considerando essa última como total encaixamento. As relativas apositivas, como vimos, são hipotáticas e as relativas restritivas e sem antecedente expresso são subordinadas, devido a sua relação de encaixamento com a oração-matriz. Considerando que nossa proposta, aqui, é analisar apenas as orações introduzidas pelo item *o que*, o alvo da análise será as orações tidas como relativas sem antecedente expresso e situadas nesse *cline* como orações encaixadas.

Apropriando-nos mais uma vez da noção de Chafe (1980 apud DECAT, 2011, p.29), a respeito de Unidade Informacional, lembramos que a UI é uma informação completa, um “jato de linguagem”, possível de ser manipulado pelo falante. Trazemos aqui três características destacadas pela autora que servem para nossa reflexão: a) “as unidades informacionais tendem a caracterizar como constituindo uma única cláusula”; b) “a unidade de informação pode ser expandida por intermédio de mecanismos variados, dentre os quais, as cláusulas-complemento e as cláusulas relativas restritivas”; c) “O fato de uma cláusula não poder constituir por si só um enunciado decorre de não ser ela uma unidade de informação”.

Complementando essa argumentação com a noção de que, na subordinação, estabelece-se uma relação de “constituência” e encaixamento, entre a oração-matriz e a subordinada, entendemos que apenas a sentença completa pode ser considerada uma unidade de informação e que, portanto, haverá dependência sintática e semântica entre elas. Consideremos uma sentença completa como a que se segue:

- (5) “Portanto, é preciso saber aproveitar de forma atenta **o que** as redes sociais nos oferecem, pois desta forma podemos usufruir delas sem sofrer danos”. (TI06).

Percebemos que há pelo menos duas unidades de informação nessa sentença: 1) é preciso saber aproveitar de forma atenta o que as redes sociais nos oferecem; 2) pois desta forma podemos usufruir delas sem sofrer danos. Na primeira UI, há claramente um encaixamento da oração subordinada no verbo, completando-lhe o sentido, isto é, “o que as redes sociais nos oferecem” completa o sentido do verbo “aproveitar”. A análise formal entende que o complemento do verbo é o pronome demonstrativo, então teríamos essa interpretação: aproveitar “o”/“aquilo”/“algo” que as redes sociais nos oferecem. Assim, a oração subordinada “que as redes sociais nos oferecem” seria uma relativa restritiva encaixada no demonstrativo, que, por sua vez, assume o papel de núcleo nominal.

Outra interpretação possível, já defendida por Neves (2000) e Castilho (2010), é a de que essa relativa se encaixa num núcleo vazio. Nesse caso, há praticamente a mesma interpretação anterior, de “o que”, como “aquilo que”, mas esse item não estaria encaixado em nenhum núcleo. Dessa forma, teríamos: aproveitar \emptyset o que as redes sociais nos oferecem. Contudo, voltamos a uma questão importante: para essa análise ser possível, precisamos fazer modificações significativas na sentença, quais sejam: a) Considerar a existência de um núcleo: *aproveitar algo o que as redes sociais nos oferecem*; b) Apagar o “o” do pronome, já que “algo” e “o que” parecem não se combinarem no mesmo espaço: *aproveitar algo que as redes sociais nos oferecem*. Isso torna incoerente a análise de “o que” como um pronome composto.

Por outro lado, se a proposta funcionalista é analisar a língua em uso, tal qual ela se manifesta, ultrapassando os limites da sintaxe da frase, ampliando o campo de visão dos mecanismos que perpassam a construção dos textos e que estabelecem os elos entre as sentenças, entendemos como uma limitação considerar o complemento verbal apenas um “o”, ou uma “categoria vazia”, numa sentença em que, de fato, o que completa o sentido do verbo é a oração integralmente. Vejamos outros exemplos:

- (6) “Cada vez mais os jovens se privam de sua vida pública por meio do vício da internet, ele encontra nela meios de fazer amigos, contar **o que** sente, e esquece do velho modo de fazer amizade e se divertir”. (TI34).
- (7) “O consumo exagerado da internet pode causar alguns problemas pois acabamos se importando mas com **o que** está acontecendo nas redes sociais e esquecemos das outras coisas que são mais importantes.[...](TI40).

Analisando os exemplos acima, podemos observar que em (6) e (7), há uma relação entre verbo e complemento: Contar *o que* sente; se importar *com o que está acontecendo*. Seria uma visão limitada entender que apenas o “o” ou uma categoria vazia complementa o sentido dos verbos contar e importar, quando sabemos que a oração integralmente preenche o espaço do complemento. Diante da dinamicidade da língua, ampliamos essa concepção e entendemos que as orações relativas, nesses contextos, assumem a função sintática de orações substantivas.

Aceitar essa postura implica reconhecer a existência de um processo de reanálise do pronome relativo “o que”, que está assumindo funções de conjunção integrante, já que a oração adjetiva está assumindo a função de substantiva. Referimo-nos ao processo de reanálise, porque a conjunção integrante já se originou do pronome relativo latino *quod* (PROCESSY, 2009). Segundo Processy (2009, p.79), que analisou dados de duas sincronias do português (século I a.C e século IV, d.C.), houve uma gradualidade da mudança: inicialmente havia um pronome com antecedente, do qual derivou um relativo sem antecedente e, deste, o conectivo subordinador. Castilho (2010) também já sinalizara na sua gramática essa possibilidade de reanálise do pronome relativo em conjunção.

Não podemos deixar de considerar que uma grande diferença entre esse pronome em processo de reanálise e a conjunção integrante é que ele não apenas conecta as orações, mas assume função sintática nelas. Repetindo o exemplo (6), temos:

- (6) “Cada vez mais os jovens se privam de sua vida pública por meio do vício da internet, ele encontra nela meios de fazer amigos, contar **o que** sente, e esquece do velho modo de fazer amizade e se divertir”. (TI34).

Ao isolar a sentença encaixada, observamos que, sintaticamente, o pronome “o que” preenche o espaço do argumento de “sentir”. Então, de fato, ele traz embutido o traço semântico de coisa, de “algo”, e ao mesmo tempo apresenta traços funcionais de conjunção integrante e de pronome relativo. Ficamos nesse limite. Reconhecemos a necessidade de considerar um volume maior de dados para chegarmos a conclusões mais precisas a respeito do comportamento de “o que”.

4. Considerações Finais

A proposta inicial deste trabalho foi analisar as funções sintáticas e semântico-discursivas do pronome “o que” e o contexto em que eles estão inseridos. Nos dados da pesquisa, encontramos sentenças complexas, formadas por orações introduzidas pelo pronome “o que”, que estabelecem relações diferentes. Quanto ao pronome, observamos o seguinte: a) as funções são diferentes e dependem do tipo de relação com a oração a que se liga; b) é um item composto, portanto, suas partes não podem ser analisadas separadamente; c) sintaticamente, ele continua ocupando um espaço argumental da oração a que pertence.

Quanto ao contexto em que se inserem, podemos dividir as sentenças em dois grandes grupos: no primeiro grupo, há uma relação de hipotaxe entre uma oração-núcleo e uma oração-satélite. A oração satélite é introduzida pelo pronome “o que” e assume a função sintática de relativa apositiva. O pronome, por sua vez, assume a função de conector e de pronome resumidor (mantendo a classificação de Decat (2011) e continua assumindo uma função sintática dentro da oração relativa. Nos nossos dados, em todas as ocorrências dessas orações relativas apositivas, o pronome tem a função sintática de sujeito.

No segundo grupo, há uma relação de encaixamento entre uma oração-matriz e uma oração encaixada. A encaixada assume função sintática de complemento verbal, o que nos leva a considerá-la uma oração tipicamente substantiva, e o pronome “o que”, além de encaixar as duas orações, assume função semelhante à função da conjunção integrante. Contudo, fica evidente que, nessas orações, o pronome relativo continua assumindo alguma uma função sintática. Nossa hipótese, é que, nesse contexto, o pronome relativo esteja passando por um processo de reanálise, de pronome relativo para conjunção integrante.

Referências

ANTÔNIO, Juliano Desiderato. **Estrutura retórica e articulação de orações em narrativas orais e em narrativas escritas do português**. 2004. Tese (Doutorado em

Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2004.

AZEREDO, José Carlos. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed.rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2010.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Os mostrativos no português falado. In: _____. (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, São Paulo: FAPESP, v.3: As abordagens, 1993, p.119-147.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Orações relativas apositivas desgarradas no português em uso. In: BISPO, Edvaldo Balduino; OLIVEIRA, Mariângela Rios. (Orgs.). **Orações relativas no português brasileiro: diferentes perspectivas**. Niterói: Editora da UFF, 2014, p.158-189.

_____. **Estruturas desgarradas em Língua Portuguesa**. Campinas: Pontes Editores, 2011.

FRANÇA, Josefa Jacinto de. **Construções Apositivas: estruturas desgarradas introduzidas por *ou seja* e *quer dizer***. 2016. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

GIVÓN, Talmy. **Syntax: A functional typological introduction**. Amsterdã, Philadelphia: John Benjamins publishing company. 1984.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

NEVES, Maria Helena Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Texto e discurso**. São Paulo: Contexto, 2007.

PROCESSY, Wendel Fernandes. **A passagem de pronome relativo para conjunção latina: uma abordagem funcional**. 2009. 96f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.